

Educação a Distância como Espaço de Formação Docente: Reflexões sobre os Desafios e Possibilidades da Pedagogia Histórico-Crítica em Ambiente Virtuais de Ensino e Aprendizagem.

Distance Education as a Space for Teacher Training: Reflections on the Challenges and Possibilities of Historical-Critical Pedagogy in Virtual Learning Environments

Edmilson Siqueira de Sá- IFG¹

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz - IFG²

edmilson.sa@ifg.edu.br, vanderleida.queiroz@ifg.edu.br

Resumo. Este trabalho objetiva promover uma reflexão crítica sobre a Educação a Distância (EaD) no Brasil, abordando seu cenário atual, história, legislação e expansão. Busca-se demonstrar o debate polarizado entre os que a defendem como ferramenta de democratização e acesso à educação superior e os que a denunciam como estratégia mercadológica. A formação docente através da EaD é problematizada, levantando questões sobre possibilidades e desafios. A pesquisa é teórica-metodológica, qualitativa e reflexiva, visando promover discussão e compreensão do objeto de estudo.

Palavras-chave: Formação docente, Educação a distância, Pedagogia Histórico-Crítica, Políticas Públicas.

Abstract. This study aims to promote critical reflection on Distance Education (DE) in Brazil, addressing its current scenario, history, legislation, and expansion. It seeks to demonstrate that DE generates polarized debates between those who defend it as a tool for democratization and access to higher education and those who denounce it as a marketing strategy. The teacher training through DE is problematized, raising questions about possibilities and challenges. The research is theoretical-methodological, qualitative, and reflexive, aiming to promote discussion and understanding of the study object.

Keywords: Teacher training, Distance Education, Historical-Critical Pedagogy, Public Policies.

1 Introdução

A Educação Superior brasileira, em suas modalidades presencial e a distância, é objeto de regulamentação por parte do governo federal, mediante a atuação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC), além de órgãos vinculados. Nesse contexto, o MEC estabelece diretrizes para a graduação e a pós- graduação lato sensu, enquanto a Capes regula os cursos de pós-

¹ Doutorando em Educação para a Ciência e Matemática pelo Instituto Federal de Goiás, Mestre em História pela Universidade de Brasília (2006), Especialista em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás (2007), Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (2003) e em Pedagogia pelas Faculdades Delta (2019). Servidor do Instituto Federal de Goiás, no cargo de pedagogo, lotado na Diretoria de Educação a Distância - DEaD/CEFOP e atua nos projetos desenvolvidos pela Universidade Aberta do Brasil no IFG.

² Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Educação pela UFG. Especialista em Língua Portuguesa e Licenciada em Letras Modernas Português/Inglês, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pela Fundação de Ensino Superior de Rio Verde-GO (FESURV). Especialista em Gestão de Turismo e Hotelaria pela Faculdade Cambury (Goiânia-GO). Professora titular no Instituto Federal de Goiás (IFG), com experiência na docência da Educação Básica e Superior, na modalidade de Educação Profissional, Licenciaturas e Pós- Graduação em Educação Lato e Stricto Sensu. Participa, como pesquisadora colaboradora, do Grupo de Pesquisa vinculado ao Núcleo de Formação de Professores (NUFOP) da UFG, na pesquisa sobre "A produção acadêmica sobre professores(as): estudo interinstitucional da Região Centro Oeste" e da REDECENTRO - Rede de Pesquisadores sobre Professores(as) da Região Centro-Oeste. Atualmente é docente nos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação para Ciências e Matemática do IFG-Câmpus Jataí, Coordenadora da Editora IFG e Editora-chefe da Tecnia - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG.

graduação *stricto sensu*, conformando um marco regulatório que exerce influência direta sobre a oferta de educação superior no país.

A instituição de marcos regulatórios significativos, como o Decreto n. 9.235, de 2017, que estabelece as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, desempenhou um papel fundamental no impulso ao crescimento da oferta de educação superior no Brasil. Nesse contexto, os dados do Censo da Educação Superior de 2023 (INEP, 2023) revelam que 89,7% das matrículas em Educação a Distância (EaD) concentram-se em 1.085 municípios que oferecem cursos presenciais, evidenciando uma tendência de expansão da educação superior no país.

A oferta de vagas também apresentou crescimento, com 2.580 instituições de educação superior registradas, sendo 87,8% privadas e 12,2% públicas (INEP, 2023). A rede privada ofereceu 95,9% das vagas, enquanto a rede pública foi responsável por apenas 4,1%. Já o número de matrículas aumentou 5,6% entre 2022 e 2023, atingindo 9,9 milhões. Ao observarmos esses dados, é possível perceber uma expansão da Educação Superior no Brasil, especialmente através da Educação a Distância (EaD), e que essa expansão gerou debates polarizados no nosso país.

De um lado, estão aqueles que defendem a EaD como ferramenta de democratização e acesso à educação superior, destacando o potencial das tecnologias para ampliar oportunidades. E do outro, críticos questionam o seu valor formativo, considerando-a uma estratégia mercadológica que beneficia interesses do capital. Nessa perspectiva, a crítica ao "valor formativo" da Educação a Distância (EaD) pode estar intrinsecamente relacionada à desconsideração da realidade social e histórica dos estudantes, bem como à carência de oportunidades para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora.

No contexto dessa problemática, a formação docente na Educação a Distância emerge como um desafio crucial, suscitando discussões e reflexões acerca das possibilidades e limitações desse modelo de ensino. Este artigo tem como objetivo central refletir sobre os desafios e possibilidades de uma formação docente fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, considerando as especificidades da Educação a Distância.

Diante disso, surge a inquietação sobre como a Educação a Distância pode proporcionar uma formação docente crítica e reflexiva e promover a construção de uma consciência crítica e transformadora.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, o texto foi organizado em três etapas estruturais: inicialmente, apresentamos uma breve retrospectiva da trajetória e da legislação que regem a Educação a Distância no Brasil; em seguida, expomos a metodologia de pesquisa adotada; por fim, discutimos os desafios e possibilidades inerentes à formação docente em Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

2 A Educação a Distância no Brasil: Trajetória e Legislação

A Educação a Distância (EaD) no Brasil tem uma trajetória marcada por políticas e dinâmicas educacionais, influenciadas por organismos multilaterais como, por exemplo a UNESCO. Segundo Alves (2001), sua história no país remonta a 1891, com anúncios de ensino por correspondência em jornais. Em 1904, escolas internacionais privadas ofereciam cursos por correspondência, e em 1936, a radiodifusão educativa foi inaugurada. O Instituto Monitor, criado em 1939, oferecia cursos técnicos por correspondência, considerados os mais antigos e conhecidos cursos a distância no país.

A partir de 1972, com a proposta do conselheiro Newton Sucupira, a EaD começou a ser desenvolvida na educação superior, inspirada na experiência da Open University, na Inglaterra. Em 1988, a Constituição Federal reconheceu a Educação como direito, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, a regulamentou. Desde sua inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), art 80, a EaD tornou-se objeto de estudo constante, abrangendo políticas públicas, práticas institucionais e pedagógicas.

Assim a legislação brasileira sobre Educação a Distância (EaD) é composta por leis, decretos, portarias e resoluções que definem regras e diretrizes para sua aplicação. Tendo como base legal estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que direciona o funcionamento da EaD, abordando características, abrangência, credenciamento, oferta, avaliação e outros.

Educação a Distância como Espaço de Formação Docente: Reflexões sobre os Desafios e Possibilidades da Pedagogia Histórico-Crítica em Ambiente Virtuais de Ensino e Aprendizagem.

Posteriormente, foram estabelecidos decretos regulamentadores, como o Decreto nº 5.622/2005, que define critérios para realização da EaD, nível de ensino e avaliação. O Decreto nº 5.773/2006 dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior. Já o Decreto nº 6.303/2007 altera dispositivos dos Decretos nº 5.622 e nº 5.773.

Além disso, a Resolução CNE nº 1/2016 estabelece diretrizes para oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade EaD, institucionalizando a figura do tutor como profissional da educação. E por fim a Portaria MEC nº 1.134/2016 direciona o funcionamento e credenciamento de instituições de ensino superior.

A expansão da EaD na educação superior foi impulsionada por iniciativas como a Universidade Virtual Pública do Brasil (2000), o Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB, 2005), o Sistema UAB (2006) e o Programa e-Tec Brasil (2009). Além disso, o Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS, 2010) foi criado para atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos profissionais da saúde.

O governo brasileiro afirma que essas iniciativas demonstram um esforço contínuo para democratizar o acesso à educação superior no país, visando torná-la mais inclusiva e acessível a todos.

A Educação a Distância (EaD) é considerada por muitos como uma modalidade educativa importante, especialmente para regiões remotas e para profissionais que buscam atualização e especialização. No entanto, também tem sofrido rejeição, desconfiança e críticas, sobretudo no que diz respeito à precarização do trabalho docente e à impossibilidade de uma formação que tenha como princípio uma perspectiva contra-hegemônica.

3 Metodologia

A pesquisa em questão configura-se como uma investigação teórica-metodológica de natureza básica, que adota uma abordagem qualitativa e apresenta objetivos iniciais mais reflexivos e provocativos do que explicativos, uma vez que, em muitos momentos, não visa explicar ou solucionar os desafios e possibilidades destacadas, mas sim provocar a discussão e desbravar caminhos que possibilitem uma melhor compreensão do objeto de estudo, contribuindo, assim, para futuras pesquisas.

Nesse contexto, a pesquisa está fundamentada em teorias e métodos específicos, que guiam a coleta e análise dos dados, com o objetivo de avançar o conhecimento em uma área específica, o que se alinha com a definição de pesquisa qualitativa apresentada por Martins (2004), que a caracteriza como aquela que privilegia a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e se distingue pela heterodoxia³ no momento da análise. Dessa forma, o presente estudo constitui-se em uma revisão bibliográfica de caráter analítico sobre a Educação a Distância como Espaço de Formação Docente, buscando refletir sobre os Desafios e Possibilidades da Pedagogia Histórico-Crítica em Ambiente Virtuais.

A pesquisa compreendeu a busca e seleção de artigos científicos, utilizando-se como bases de dados o Google Acadêmico e o Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Para a busca de dados, utilizou-se as seguintes combinações de palavras chaves: Formação docente, Educação a distância, Pedagogia Histórico-Crítica, Políticas Públicas.

Adotou-se como critério de exclusão, artigos que não eram relacionados Educação a Distância e formação de professores e ou que não tinham como a base uma formação pautada na pedagogia Histórico-Crítica.

Baseado na metodologia descrita por Barbosa, Lima e Lima (2023), foram seguidos, nessa ordem, os seguintes passos: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha do material que se adequam aos objetivos desta pesquisa; leitura analítica dos textos; leitura interpretativa e escrita do artigo.

³ A heterodoxia na pesquisa qualitativa se manifesta na abordagem flexível e adaptável que permite capturar a complexidade e a riqueza dos dados, desenvolvendo uma compreensão mais profunda e detalhada do objeto de estudo.

4 Formação docente em uma perspectiva histórico-Crítica, através da EaD.

Os críticos mais severos da Educação a Distância (EaD) no Brasil questionam sua pertinência pedagógica, argumentando que ela constitui uma estratégia que prioriza a expansão da educação como um produto, em detrimento da formação crítica e reflexiva dos estudantes. Esses críticos observam que agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, desempenharam e continuam a desempenhar um papel significativo na reconfiguração do ensino superior brasileiro, inclusive por meio da EaD.

Um estudo publicado por Barreto e Leher (2008) explora a relação entre o discurso do Banco Mundial e a expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil, revelando que mudanças alinhadas à agenda do Banco Mundial estão em curso. Segundo os autores, a educação a distância experimentou um crescimento significativo no início dos anos 2000 e continua a crescer, com o Banco Mundial, a UNESCO e a OMC defendendo seu potencial para promover a inclusão e a equidade educacionais.

No entanto, é importante destacar que a EaD tem sido objeto de regulamentação e normatização no Brasil, com o objetivo de garantir a qualidade e a pertinência da educação oferecida. O Ministério da Educação, por exemplo, estabeleceu os Referenciais de Qualidade para Educação a Distância (EaD) em 2007, e posteriormente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomendou a atualização desses referenciais em 2015. Além disso, a Resolução CNE/CES nº 01/2016 estabeleceu diretrizes e normas para a EaD, incluindo avaliação externa e credenciamento.

Mais recentemente, o Decreto nº 9.057/2017 marcou uma inflexão na política de qualidade da EaD, priorizando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) estabelecido pela Lei nº 10.861/2004.

Não podemos negar que a Educação a Distância (EaD) enfrenta desafios importantes, incluindo sua potencialidade para promover a formação de professores críticos e reflexivos, sua relação com o ensino presencial e sua capacidade de promover a inclusão e a equidade educacionais.

Mas é fato que essa modalidade de ensino vem crescendo no nosso país, os dados do censo 2023 revelam que as matrículas em cursos de licenciatura atingiram 1,7 milhões, com 67,1% registradas em instituições privadas, predominantemente em cursos EaD. Em contraste, 70,2% dos ingressos em licenciaturas na rede pública ocorreram em cursos presenciais (INEP, 2023). Esses dados sugerem uma resistência maior à EaD nas redes públicas. No entanto, precisamos considerar que a EaD pode ser uma ferramenta valiosa para promover a inclusão e a equidade educacionais, especialmente em áreas remotas ou com dificuldades de acesso ao ensino presencial.

Não estamos aqui dizendo que essa é a melhor alternativa, mas pensemos como uma possibilidade, já que não percebemos um movimento governamental em direção a ampliação da oferta de educação presencial e criação de condições para o ingresso e permanência.

Neste contexto, buscamos chamar a atenção para a formação docente através da EaD, problematizando e levantando questões fundamentais, tais como: Quais são as possibilidades e desafios da formação docente por meio da EaD? É possível falar de uma formação docente, através da EaD, fundamentada na pedagogia histórico-crítica?

4.1 Desafios

Como vimos anteriormente a Educação a Distância (EaD) tem experimentado um crescimento significativo no Brasil, o que suscita críticas pertinentes por parte de pesquisadores(as) e professores(as) que se fundamentam em uma pedagogia contra-hegemônica. Um dos argumentos centrais apresentados por esses estudiosos é que a EaD pode perpetuar uma abordagem tecnicista e descontextualizada, negligenciando o sentido fundamental da educação, que se perde sem a presencialidade e a interação social.

Educação a Distância como Espaço de Formação Docente: Reflexões sobre os Desafios e Possibilidades da Pedagogia Histórico-Crítica em Ambiente Virtuais de Ensino e Aprendizagem.

Segundo Silva et al. (2012), a educação presencial não implica necessariamente a exclusão do uso das tecnologias. No entanto, a modalidade de Ensino a Distância (EaD), em seus pressupostos e ações, parece negar a educação presencial, que se fundamenta na interação física entre professores e alunos no mesmo espaço de aprendizagem. Essa interação é um elemento crucial na organização da classe trabalhadora na luta contra o sistema capitalista.

Conforme Saviani e Galvão (2021), a educação pressupõe uma relação interpessoal, requerendo a presença simultânea de professores e estudantes. A teoria das necessidades humanas (Leontiev, 1961) também destaca a importância das relações sociais para a satisfação das necessidades superiores, como a educação. Assim temos aqui nosso primeiro grande desafio, a ausência de 100% de presencialidade na formação de professores através da EaD.

Como superar esse desafio? É possível desenvolver uma prática docente inovadora e transformadora em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), entendida como um processo de formação humana que visa desenvolver a consciência crítica, a autonomia e a capacidade de transformar a realidade social?

Diante desse cenário problemático, é imperativo refletir sobre a prática docente na Educação a Distância (EaD), com o objetivo de repensar a formação necessária para a atuação de professores e professoras no ambiente virtual. Essa formação vai além do mero domínio da tecnologia, envolvendo uma abordagem mais ampla e profunda.

O que estamos propondo aqui é considerar a formação de profissionais da educação pautada nos princípios da pedagogia histórico-crítica, que enfatiza a importância da educação como um processo de transformação social e pessoal.

A pedagogia histórico-crítica concebe o papel do professor no processo educativo como fundamental para a aprendizagem do estudante. Nela, o professor é responsável pela organização do trabalho pedagógico em sala de aula, o que envolve o sequenciamento e graduação dos conteúdos, bem como a escolha das formas adequadas para garantir a apropriação do saber escolar (SAVIANI, 2011). Isso implica que o professor deve ser um mediador ativo no processo de aprendizagem, utilizando diferentes estratégias metodológicas para possibilitar ao estudante o avanço em seu nível de aprendizagem.

Essa visão do papel do professor se insere em uma perspectiva mais ampla, que considera a formação e o trabalho de professores como práticas sociais imbricadas historicamente. Nesse sentido, as práticas educativas se articulam com a produção da cultura, o ensino, a aprendizagem, o trabalho e outras atividades humanas, destacando a importância da formação de professores que sejam capazes de atuar de forma crítica e reflexiva em seu contexto social.

O que queremos destacar é a importância do papel do professor no processo educativo, reafirmando a necessidade de uma abordagem ativa e mediadora para promover a aprendizagem do aluno. Assim, surge outro desafio: a formação adequada de professores para atuar na Educação a Distância, comprometidos com uma pedagogia contra-hegemônica. Quais alternativas viáveis poderíamos adotar para superar esse desafio?

Um aspecto relevante destacado por Silva et al. (2012) é que a expansão do acesso ao ensino superior por meio da Educação a Distância (EaD) é frequentemente apresentada como uma solução rápida e econômica para alcançar as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No entanto, essa expansão não é acompanhada pela criação de novos concursos públicos para professores, os quais, muitas vezes, não possuem vínculo trabalhista formal e recebem apenas uma bolsa, o que acentua a precarização do trabalho docente..

E ainda temos outros desafios que dizem respeito à infraestrutura tecnológica, habilidades digitais dos estudantes, a necessidade de investimento em tecnologias acessíveis e inclusivas.

Sim, são muitos os desafios, muitas críticas, muitos problemas, mas Saviani (2003), afirma que "a educação deve ser um processo de construção coletiva, que envolva todos os sujeitos". Portanto, entendemos que é fundamental lutar por uma educação com qualidade socialmente referenciada, independentemente da modalidade de ensino.

Nesse sentido, é necessário refletimos que diante do crescimento exponencial da Educação a Distância no Brasil, precisamos questionar como superar as limitações inerentes à formação inicial e continuada de professores em ambientes virtuais.

É possível desenvolver uma formação de qualidade para professores sem a presencialidade total ou com uma presencialidade parcial? Quais caminhos podem ser trilhados para alcançar esse objetivo? O que pode ser feito em relação a valorização e formação dos docentes?

Não podemos nos limitar a uma crítica pela crítica, sem propor alternativas viáveis. Nossa responsabilidade como pesquisadores(as), professores(as) é resistir à hegemonia, utilizando as ferramentas e recursos produzidos pelo capital como meios para promover uma formação de professores que seja crítica e emancipadora.

Essas questões não têm respostas fáceis, mas espero que sejam objeto de novas pesquisas e experiências de pesquisadores(as) e professores(as) comprometidos com uma formação de qualidade e socialmente referenciada. Meu objetivo aqui é fomentar a discussão, provocar reflexões e pensar nos desafios e possibilidades que se apresentam. Portanto, consideramos fundamental buscar caminhos alternativos que permitam superar as limitações atuais e promover uma educação mais justa e equitativa.

4.2 Possibilidades

Passemos então a refletir sobre a formação docente em uma perspectiva histórico-crítica que pressupõe uma revalorização do papel do professor, e que se traduz em uma redefinição da relação entre ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a relação dialética entre professor e aluno emerge como fundamento da construção do conhecimento, destacando a importância de uma mediação pedagógica que favoreça a construção crítica e reflexiva do saber.

No entanto, a Educação a Distância (EaD) ainda não é percebida como uma modalidade educacional que possa promover a formação de indivíduos críticos e reflexivos, em consonância com os princípios da pedagogia histórico-crítica. Contudo, é imperativo que ela seja repensada e reorganizada para que possa incorporar características que sejam compatíveis com esses princípios, como a mediação pedagógica flexível e personalizada.

Uma abordagem que pode contribuir para essa reorganização é a tecnologia ergonômica, que visa criar ambientes virtuais de aprendizagem acessíveis, usáveis e cognitivamente eficazes. Essa abordagem é fundamental para a EaD, pois permite que os estudantes interajam no ambiente virtual de aprendizagem.⁴

A implementação dessa abordagem pode permitir que os alunos desenvolvam pensamento crítico e reflexivo, possibilitando analisar criticamente as informações, identificar padrões e relações, e desenvolver uma compreensão mais profunda da realidade social. O que pode ser alcançado por meio da utilização de recursos educacionais online, como textos, imagens e vídeos que abordam questões sociais e políticas, pesquisas e projetos que envolvam a coleta e análise de dados, e debates e discussões online que promovam a reflexão crítica e a troca de ideias.

Esses recursos contribuem para que os estudantes desenvolvam uma visão crítica e reflexiva da realidade social, capaz de os empoderar para transformação da sociedade de maneira mais justa e equitativa.

A incorporação da tecnologia ergonômica na Educação a Distância (EaD) pode propiciar ao estudante a possibilidade de se fazer uma análise crítica das relações sociais e políticas que estruturam a sociedade e influenciam a construção do conhecimento, ao promover a acessibilidade a recursos educacionais que os permitam desenvolver uma visão mais ampla da realidade social.

⁴ A tecnologia ergonômica é baseada em princípios que levam em consideração as necessidades e características dos usuários, como design centrado no usuário, acessibilidade e usabilidade, cognitividade e inteligibilidade, e adaptabilidade e personalização.

Educação a Distância como Espaço de Formação Docente: Reflexões sobre os Desafios e Possibilidades da Pedagogia Histórico-Crítica em Ambiente Virtuais de Ensino e Aprendizagem.

Tendo a pedagogia histórico Crítica como referência, o professor desempenha um papel fundamental na Educação a Distância (EaD), atuando como um mediador crítico que auxilia os estudantes a desenvolver uma compreensão mais profunda das relações sociais e políticas que estruturam a sociedade. Sua função é criar um ambiente de aprendizagem que incentive a reflexão crítica, a discussão e a problematização, permitindo que os estudantes desenvolvam sua própria compreensão da realidade e sejam capazes de questionar e transformar as estruturas sociais e políticas existentes.

É preciso utilizar uma abordagem que considera a educação como um processo de construção da cidadania e transformação social, enfatizando a importância da historicidade, a relação dialética entre teoria e prática e a formação de sujeitos críticos e reflexivos. A educação deve ir além da simples decodificação de códigos, promovendo uma compreensão contextualizada dos signos e seus usos em diferentes disciplinas e funções sociais. Isso exige uma revisão conceitual sobre o papel da educação, conhecimento e inclusão. A escola deve repensar sua dinâmica de ensino e aprendizagem, transcendendo os limites da sala de aula. Para isso, é necessário um "olhar crítico" (Freire, 1980, p.29) e uma disposição para agir conscientemente.

A Educação a Distância (EaD) pode ser uma recurso eficaz para essa formação, desde que utilize plataformas interativas para fomentar discussões críticas, integre recursos multimídia para contextualizar historicamente e promova colaboração e troca de experiências entre professores

Um caminho viável para alcançar a formação crítica e reflexiva através da Educação a Distância (EaD) é a implementação de estratégias pedagógicas inovadoras que fomentem a interação, a colaboração e a reflexão crítica.

Nesse sentido, a criação de discussões online, grupos de estudo virtuais, projetos colaborativos e mentorias personalizadas pode ser uma abordagem eficaz para promover a formação docente contínua e reflexiva. Essas metodologias podem ser utilizadas de forma flexível, adaptando-se aos diferentes momentos de interação, seja síncrona ou assíncrona, presencial ou virtual.

A criação de ambientes virtuais de aprendizagem que simulem situações reais e promovam a reflexão crítica sobre as experiências e perspectivas dos estudantes é essencial para uma educação inclusiva e diversa. Essa abordagem pode potencializar a participação igualitária de estudantes de diferentes origens e contextos sociais, permitindo que contribuam com suas perspectivas únicas e enriqueçam o processo de aprendizagem.

Professores precisam ter intencionalidade clara em seu fazer, superando tensões como mercantilização da educação e precarização do trabalho pedagógico. Em um contexto de educação burocratizada, o poder do docente pode ser exercido por meio da resistência, inovação, liderança e colaboração.

É fundamental lembrar que a mudança começa com pequenas ações e que a colaboração e a solidariedade são fundamentais para promover a educação como um direito público.

Essa perspectiva se alinha com a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2011, p. 431), que destaca o papel do professor em desenvolver uma compreensão crítica da realidade nos alunos, favorecendo a superação da visão ingênua e a formação de uma consciência crítica. Uma formação contra hegemônica, inspirada em Gramsci (1995), busca desafiar o status quo educacional, fomentar a conscientização crítica, desenvolver liderança transformadora e promover a emancipação social.

Um importante marco que pode contribuir para a formação de professores em uma perspectiva histórico-crítica através da EaD, é o Parecer CNE/CP nº 4/2024, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que aprovou favoravelmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Essas diretrizes abrangem cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados não licenciados e segunda licenciatura, conforme estabelecido no Processo nº 23001.000018/2006-09.

Essas diretrizes fixam uma duração mínima de quatro anos para os cursos de licenciatura, com uma carga horária de 3.200 horas, das quais pelo menos metade (1.600 horas) devem ser presenciais, dessa forma, resolvemos, ainda que parcialmente a falta de presencialidade questionada anteriormente nesse estudo.

Por fim, a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani enfatiza a importância da construção de conhecimento crítico, do desenvolvimento de pensamento reflexivo, da autonomia, da colaboração, da inclusão e da acessibilidade na formação de professores (Saviani, 2008).

Nesse sentido, os recursos tecnológicos podem ser uma ferramenta valiosa para apoiar essa abordagem pedagógica. Diversos recursos tecnológicos podem ser utilizados para promover a construção de conhecimento crítico, como plataformas de discussão, blogs e vídeos documentários. Esses recursos permitem que os alunos participem de debates e reflexões críticas, compartilhem experiências e analisem temas sociais e históricos de forma crítica.

Além disso, recursos como portfólios digitais, diários de campo (Google Docs, Microsoft OneNote) e grupos de estudo online (Google Groups, Facebook Groups) podem ajudar a desenvolver habilidades reflexivas nos alunos. Já plataformas de projeto (Trello, Asana), recursos de compartilhamento (Google Drive, Dropbox) e videoconferências (Zoom, Google Meet) podem promover a autonomia e a colaboração. Para desenvolver habilidades tecnológicas, cursos online de tecnologia Coursera, EDP, tutorias online (You Tube), e simulações (PhET Interactive Simulations), podem ser utilizados. Por fim, recursos de acessibilidade (leitores de tela, legendas para vídeos), plataformas de tradução (Google Tradutor, IAs) e recursos de apoio (text-to-speech, speech-to-text) podem garantir a inclusão e a acessibilidade para todos os estudantes.

Outro aspecto importante é a utilização de recursos educacionais abertos e acessíveis para todos os alunos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca a importância dos recursos educacionais abertos para promover a igualdade de acesso à educação (OCDE, 2019). Recursos educacionais abertos, como cursos online, vídeos educacionais e materiais didáticos digitais, podem ser utilizados para complementar o ensino tradicional e oferecer aos estudantes uma experiência de aprendizagem mais rica e diversificada.

Além disso, promover a colaboração e o trabalho em equipe por meio de projetos e atividades interdisciplinares é fundamental para desenvolver a consciência crítica e social nos estudantes.

Projetos e atividades interdisciplinares podem ser utilizados para incentivar a colaboração e o trabalho em equipe, permitindo que os estudantes trabalhem juntos para resolver problemas complexos e desenvolver soluções inovadoras. Nesse sentido, é importante que os professores sejam capazes de utilizar essas estratégias pedagógicas com propriedade.

Isso inclui a capacitação para utilizar tecnologias educacionais, desenvolver planos de ensino inovadores e promover a colaboração e o trabalho em equipe. Além disso, é fundamental que os professores sejam apoiados por recursos institucionais e infraestrutura tecnológica adequada para implementar essas estratégias.

Em síntese, apresentamos aqui possibilidades para enfrentar alguns desafios relacionados a formação de professores através da EaD, observando que é necessário que o professor tenha uma formação sólida que possibilite o desenvolvimento de planos de ensino inovadores e sejam capazes de utilizar recursos educacionais abertos e acessíveis. Que criem ambientes virtuais de aprendizagem que simulem situações reais e promovam reflexão crítica sobre as experiências e perspectivas dos estudantes, promovendo uma educação inclusiva e diversa.

Considerações Finais

Este estudo, que teve como referencial teórico a pedagogia histórico-crítica, investigou os desafios e possibilidades da formação docente em ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, analisamos como promover, nesses ambientes virtuais, uma formação de professores(as) que se constituam como sujeitos críticos, reflexivos e transformadores.

A Educação a Distância (EaD) no Brasil tem experimentado um crescimento significativo, suscitando debates e críticas. Neste contexto, é fundamental reconhecer os desafios inerentes a essa modalidade, especialmente no que diz respeito à formação de professores. Uma das principais críticas à EaD é a presencialidade parcial, que, segundo o Parecer CNE/CP nº 4/2024, do Conselho Pleno do Conselho

Educação a Distância como Espaço de Formação Docente: Reflexões sobre os Desafios e Possibilidades da Pedagogia Histórico-Crítica em Ambiente Virtuais de Ensino e Aprendizagem.

Nacional de Educação, deve ser de pelo menos 1.600 horas presenciais em cursos de licenciatura com duração mínima de quatro anos.

No entanto, para alguns estudiosos da educação, essa presencialidade parcial pode perpetuar uma abordagem tecnicista e descontextualizada, negligenciando o sentido fundamental da educação, que é formar sujeitos críticos, reflexivos e transformadores, capazes de compreender e atuar sobre a realidade social.

Além disso, a formação específica de professores para trabalhar na EaD, e que sejam comprometidos com uma pedagogia contra-hegemônica é outro desafio significativo, sobretudo quando observamos como a EaD possibilitou a precarização do trabalho docente.

Por outro lado, a infraestrutura tecnológica, as habilidades digitais dos estudantes, a necessidade de investimento em tecnologias acessíveis e inclusivas e a precarização do trabalho docente são outros desafios que precisam ser superados. Nesse sentido, é fundamental explorar possibilidades que busquem promover, por meio da Educação a Distância (EaD), uma formação de professores comprometidos com a transformação social. Diante desses desafios, questionamos: quais alternativas viáveis poderíamos adotar para promover mudanças significativas na estrutura atual?

Apontamos então alguns caminhos possíveis, como por exemplo a utilização da tecnologia ergonômica para criar ambientes virtuais de aprendizagem acessíveis, usáveis e cognitivamente eficazes. Um professor com formação adequada e tendo a pedagogia Histórico-Crítica como fundamento, seria capaz de implementar estratégias pedagógicas inovadoras, como a criação de discussões online, grupos de estudo virtuais, projetos colaborativos e mentorias personalizadas, podendo ser uma abordagem eficaz para promover a formação docente contínua e reflexiva.

Outra possibilidade é a utilização de recursos educacionais abertos e acessíveis, como cursos online, vídeos educacionais e materiais didáticos digitais, para oferecer aos estudantes uma experiência de aprendizagem mais rica e diversificada. Além disso, a promoção da colaboração e do trabalho em equipe por meio de projetos e atividades interdisciplinares é fundamental para desenvolver consciência crítica e habilidades sociais nos estudantes. Para isso é preciso que os professores(as) tenham domínio dessas estratégias pedagógicas e que sejam apoiados por recursos institucionais e infraestrutura tecnológica adequada.

Durante nossa pesquisa levantamos vários questionamentos sobre Educação a Distância como espaço de formação docente, buscando refletir os desafios e as possibilidades de se fazê-la a partir da pedagogia histórico-crítica.

Sabemos que ainda não temos respostas para esses questionamentos e que a maioria deles não possuem respostas fáceis. No entanto, esperamos que sejam objeto de novas pesquisas e experiências de pesquisadores(as) comprometidos com uma formação de professores de qualidade e socialmente referenciada.

Nosso objetivo aqui foi fomentar a discussão, provocar reflexões críticas e refletir sobre esses desafios e possibilidades que se apresentam. Por fim, entendemos que é fundamental buscar caminhos alternativos que permitam superar as limitações atuais e promover uma educação mais justa, equitativa e emancipadora.

Referências

ALVES, M. A. Educação a distância no Brasil: uma visão geral. Revista Brasileira de Educação, v. 6, n. 1, p. 5-23, jan./abr. 2001.

BARBOSA, J. L.; LIMA, R. M. S.; LIMA, R. M. Metodologia de pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa. São Paulo: Cortez, 2023.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. O Banco Mundial e a expansão da educação a distância no Brasil. Educação & Sociedade, v. 29, n. 103, p. 547-566, maio/ago. 2008.

BATES, A. W. (Tony). Ensino a distância. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 01/2016, de 8 de junho de 2016. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Censo da Educação Superior: 2023. Brasília: INEP, 2023.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. Aprendizagem cooperativa. São Paulo: Atlas, 2009. LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1961.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma abordagem qualitativa. São Paulo: Atlas, 2004. OCDE. Panorama da educação: indicadores da OCDE. Paris: OCDE, 2019.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. M. de O. Pedagogia histórico-crítica e educação em direitos humanos. Revista Brasileira de Educação, v. 26, p. 1-16, jan./abr. 2021.

SILVA, Solonildo Almeida da; SILVA, Simone Cesar da; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. Educação à distância e precarização do trabalho docente. Revista Eletrônica Arma da Crítica, n. 4, dez. 2012. ISSN 1984-4735. Disponível em:
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23164/1/2012_art_sasilvascsilva.pdf